

Via Cidesa, Lafin propõe assumir manutenção e duplicação da BR-163

APÓS REUNIÃO. Ato 'BR-163 Duplicação Já' acontecerá às margens da rodovia no dia 4 de março

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A duplicação da BR-163 voltou a ser tema uma reunião, nesta semana, no Auditório Farroupilha, no Centro de Eventos Ari José Riedi, com integrantes da Frente Parlamentar de Vereadores MT/PA, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental (Cidesa) e da União Nacional dos Caminhoneiros.

O objetivo foi organizar o ato público em prol da duplicação da BR-163, no trecho que liga o Posto Gil a Santarém/PA, denominado 'BR-163 Duplicação Já', que acontecerá às margens da rodovia, no dia 4 de março, às 9h.

De acordo com o vereador Wanderley Paulo, a intenção é chamar a atenção do Governo Federal para as péssimas condições de trafegabilidade da BR-163. "Estamos muito satisfeitos com a adesão de todas as entidades ao movimento que pretende cobrar a recuperação imediata da rodovia e posteriormente a duplicação tão desejada por todos", disse o parlamentar. Em meados do ano passado, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) comunicando a saída da con-

cessionária que administra a rodovia e a vinda de um novo investidor para assumir o controle da concessão da BR-163/MT.

O documento previa ainda a retomada das obras, a partir de 2022, de tudo que está atrasado com relação ao contrato firmado pela Rota do Oeste no começo da concessão. Segundo o acordo inicial, até 2019, a empresa deveria ter concluído a duplicação em 336 km da rodovia federal.

Conforme o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção Sorriso, Fernando Mascarello, a falta de manutenção da rodovia tem se intensificado nos últimos meses e acarretado uma piora muito significativa na trafegabilidade, refletindo em aumento no número de acidentes e mortes.

"Há cinco anos discutimos essa demanda no campo político, técnico e jurídico, mas não enxergamos resolução em curto prazo. O TAC não aconteceu por falta de interesse de algum investidor e agora precisamos buscar resolução, a princípio pacífica. Para isso, iremos criar mecanismos para mobilizar toda a população do eixo da BR-193 para que todos sejam ouvidos e, assim, consigamos as melhorias o mais rápido possível".



FOTO: ASSESSORIA

Segundo o prefeito de Sorriso e presidente do Cidesa, Ari Lafin, um trabalho está sendo feito com prefeitos que compõem o consórcio, para que assumam a BR-163 por meio de uma fusão entre os municípios, em parceria

com entidades organizadas, produtores rurais e a iniciativa privada. "Já colocamos a proposta em pauta para os demais prefeitos e todos se mostraram dispostos a apresentá-la ao Governo Federal, para que avalie a viabilidade",

frisou Lafin. Para o presidente da OAB, o passivo financeiro da Odebrecht se tornou desinteressante para empresas privadas, tendo em vista que, para tomar o controle acionário, a empresa assumiria um passivo próximo a R\$ 4 bi-

lhões, com aporte financeiro alto e imediato e retorno somente a médio e longo prazo. "Vemos essa ideia de fusão dos municípios com excelentes olhos e talvez seja essa a resolução que tanto esperamos", destacou Mascarello.

Ato será realizado no próximo dia 4 de março, às 9h

MT E O MUNDO

Comitiva mato-grossense conhece soluções para ampliar comércio

DA REPORTAGEM

O governador Mauro Mendes (União Brasil) esteve ontem terça-feira (22) no Porto de Jebel Ali, na Zona Franca de Jafza, em Dubai, conhecendo soluções de logística que podem oportunizar a ampliação do comércio dos produtos do Estado com o mundo.

Na avaliação do governador, o porto e a zona franca de Jafza, são um importante hub para os países da África, Emirados Árabes Unidos e Oriente Médio. "São inúmeras possibilidades que podem alavancar a produção do Estado e ampliar os negócios, tanto para a indústria, como para o agronegócio. Quando se abre mercados, de forma direta você movimenta toda uma cadeia econômica, gerando emprego e renda", destacou ele.

Durante a visita, que foi guiada pelo Grupo DP World, empresa global, com sede em Dubai, responsável pela

operacionalização do porto, a comitiva do governador conheceu toda a estrutura interna, desde o manuseio dos contêineres até o processo de importação e exportação.

"O Porto oferece uma boa alternativa para as empresas brasileiras. Aqui, por exemplo, temos uma refinaria de açúcar que importa o produto do Brasil, que é uma das maiores refinarias do mundo", explicou Anders Kron, gerente de negócios da DP World.

Para Silvio Rangel, vice-presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, a estrutura impressiona pela organização e agilidade. "É uma alternativa que se abre para a nossa indústria, principalmente porque boa parte do que se consome aqui nos Emirados é importado. É uma abertura de mercado com soluções inovadoras", avaliou.

Já o presidente da Aprosoja, Fernando Cadore, destacou que pode ser uma ótima



FOTO: SECOM

Mendes e comitiva conheceram toda a estrutura interna do local

opção de negócio para os produtores que exportam a partir do porto de Santos, no Brasil, pela sua conexão com Dubai.

"A logística pode ser facilitada, quando se tem como foco os países do oriente médio, África e os Emirados, já que a infraestrutura facilita a entrada nesses países dos

nossos produtos", ressaltou.

Na oportunidade, o governador e comitiva conheceram o Centro de Distribuição Multimercado (DMCC), criado pelo Governo de Dubai para fornecer a infraestrutura física, de mercado e financeira necessária para estabelecer um centro para o comércio global de commodities.

RESPEITO

Audiência Pública debate racismo e intolerância religiosa na ALMT

DA REPORTAGEM

Com o objetivo de reafirmar o direito ao culto e o fim da perseguição a tudo que diz respeito às crenças e religiões no Brasil e em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) promoveu nesta segunda-feira (21) uma audiência pública, convocada pelo deputado estadual Valdir Barranco (PT), com a participação da deputada federal Professora Rosa Neide (PT-MT) e representantes de instituições religiosas.

O parlamentar propoente falou da importância da implantação de políticas públicas de combate às intolerâncias e respeito à diversidade. "De forma muito positiva abordamos um tema delicado, que ainda enfrenta muitos tabus e preconceito. Precisamos garantir que as pessoas sejam livres para escolherem ou não em que acreditar e ter fé, assim como proteger e garantir que seus cultos e manifestações culturais não sejam apagados, discriminados e criminalizados", explicou Barranco.

Uma das sacerdotisas à Mesa, Iyanifá Joyce Lombardi, do Instituto Estadual Sementes do Bem, de Cuiabá, defendeu que temos de trabalhar para estruturar e realizar um levantamento sobre a população originária da África. "Peço o desenvolvimento de um projeto de lei que garanta o mapeamento dos povos e comunidades tradicionais do Estado de Mato Grosso. Temos de fazer esforços para que os recursos garantam a conclusão desse mapeamento", apontou.

Durante a audiência, vários relatos foram feitos, tratando principalmente das experiências de preconceito sofridas por todas as religiões, além de relatos pessoais de ataques em espaços predominantemente de mulheres. Silvana Veríssimo, representante da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, fez uma afirmação que sintetizou o pensamento de todas as mulheres participantes da audiência. "Além de sofrermos o racismo religioso, nós mulheres também morremos pelas mãos do machismo e misoginia", alertou. Barranco encerrou a audiência dizendo que esse é apenas o primeiro passo de um trabalho que irá realizar aqui na Casa de Leis e lembrou a falta de conhecimento da sociedade sobre os casos relacionados a intolerância religiosa.

"A tarefa é árdua, mas pela atividade de hoje e pela presença plural de muitos representantes de várias religiões, eu creio que nós vamos ter um trabalho bastante profícuo, ainda mais com as contribuições que foram encaminhadas, como, por exemplo, a criação de um Observatório da Intolerância Religiosa e o PL nº 812/2021 que segue tramitando aqui na Casa. Por fim, Mato Grosso é um estado que parece não haver esse tipo de crime, mas temos sim. Os dados da Segurança Pública estão aí para confirmar isso, com quase 500 casos somente em 2021. Então isso significa que nós temos motivo para trabalharmos", finalizou.

FOTO: ANGELO VARELA



Evento foi convocado pelo deputado Valdir Barranco

VERA

Construção do novo Paço Municipal deve ter início no mês que vem

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Administração Municipal de Vera licitou e já assinou o contrato com a empresa vencedora do processo licitatório, a Ideal Construtora e Incorporadora, de Lucas do Rio Verde, para a construção do novo Paço Municipal. As obras devem ter início em março.

Ao todo, o novo prédio do Executivo terá 1.417,24 m² de área construída e investimento na ordem de R\$ 5.910.003,17. O prazo inicial para a construção é de 300 dias. A obra fica ao lado atual sede do Prefeitura. O novo Paço terá arquitetura moderna e ampla, seu projeto foi elaborado com os responsáveis pensando em atender a população com mais comodidade, além de dar melhores condições de trabalho aos servidores municipais.



FOTO: ASSESSORIA

Novo Paço custará quase R\$ 6 milhões